

**X Encontro de Pós-graduação
em História Econômica**

Virtual

**8ª Conferência Internacional
de História Econômica**

9, 10, 11 e 12 de novembro

2020

**Um Conceito, Diversas Formas: A Concepção do
Padrão-Ouro na Centralidade do Capitalismo no
Século XIX**

Matheus Itiro de Castro Tao

Ivan Colangelo Salomão

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

**Um Conceito, Diversas Formas: A Concepção do Padrão-Ouro na Centralidade do
Capitalismo no Século XIX**

Matheus Itiro de Castro Tao¹

Ivan Colangelo Salomão²

Resumo

Intenta-se com o presente trabalho, analisar a concepção do padrão-ouro nos autores clássicos, sobretudo nos mais conhecidos apologistas dessa convicção, como Hume e Ricardo. Para tal, busca-se aclarar a vinculação desse sistema idealmente pensado com os alicerces da teoria quantitativa do dinheiro, resguardando a relevância sobre o debate da natureza do dinheiro, bem como as suas implicações de natureza prática. Desse modo, a hipótese levantada é de que a defesa de um sistema monetário respaldado no ouro como meio circulante, está atrelada à um projeto que vislumbra a estabilidade do valor do dinheiro, e por conseguinte, do nível de preços.

Palavras chaves: Padrão-Ouro, Teoria Quantitativa do Dinheiro, Dinheiro, Padrão de Preços e Sistema Monetário.

Abstract

The aim of the present work is to analyze the concept of the gold standard in classic authors, especially in the most well-known apologistes of this conviction, such as Hume and Ricardo. To this end, we seek to clarify the link between this ideally designed system and the foundations of quantitative theory of money, safeguarding the relevance of the debate on the nature of money, as well as its practical implications. Thus, the hypothesis raised is that the defense of a monetary system backed by gold as a medium of circulation, is linked to a project that glimpses the stability of the value of money, and therefore of the price level.

Key words: Gold Standard, Quantitative Theory of Money, Money, Standard of Price, Monetary System.

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas, aluno do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Paraná (PIBIC), e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Economia).

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Editor dos periódicos Análise Econômica (UFRGS), Revista de Economia (UFPR) e História Econômica & História de Empresas (ABPHE).

1. Introdução

Embora muito empregado na literatura corrente, o conceito de padrão-ouro (bem como seu correspondente significado teórico) é concebido de modo inconsonante por aqueles que o reivindicam como categoria histórica, estando essa, em tese, vinculada à um período particular e específico do sistema monetário nacional (ou até mesmo internacional) no capitalismo.

Por outro lado, as concepções dos bastiões do padrão-ouro na Europa (Hume, Ricardo, Peel, McCulloch) serviram de apoio e base dos chamados metalistas brasileiros (Rodrigues Torres, Torres Homem, Jeronimo Teixeira Junior), resguardando, de igual maneira, a relevância do debate concernente à forma pela qual o conteúdo teórico produzido nos países do capitalismo central, foi apropriado pelos teóricos dos países do capitalismo periférico.

Desse modo, busca-se por meio do presente trabalho, aclarar a vinculação dos princípios norteadores da teoria quantitativa do dinheiro – tal como em sua formulação original – com a concepção do padrão-ouro, em vista às mais variegadas formas que esta assumiu na centralidade do modo de produção capitalista.

O leitor encontrará no trabalho três eixos norteadores: i) o conceito de padrão-ouro como tal; ii) a concepção do padrão-ouro nos autores clássicos; iii) a questão da conversibilidade das notas em ouro. À cada um foi dedicada uma devida seção, respectivamente 2, 3 e 4. Por fim, têm-se a conclusão que constitui a seção 5.

2. Padrão-Ouro

Convém, antes de mais nada, elucidar os diferentes significados que o conceito de padrão-ouro assinala. Um deles resguarda a historicidade dos fenômenos e a configuração planeada pelo sistema monetário no capitalismo em um determinado período histórico; desse modo, o padrão-ouro se engendra como conceito histórico e descritivo. Não obstante, a discussão no entorno de questões histórico-descritivas subjaz o construto da teoria quantitativa do dinheiro, na qual se respalda, teoricamente, o próprio conceito de padrão-ouro; em vista disso, o padrão-ouro pode ser igualmente denominado como conceito teórico. (GERMER, 1999)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Como conceito histórico, o padrão-ouro traceja os mecanismos fundantes do sistema monetário em dois diferentes níveis de determinação, o nacional e o internacional, ambos inscritos na totalidade que é o capitalismo enquanto sistema que se universaliza por todos os rincões do globo terrestre. Inconvenientemente, como ratifica Germer (1999), a expressão padrão-ouro é corriqueiramente utilizada para nomear a configuração assumida pelo sistema monetário internacional durante o período 1880-1914³, o que extrapola os limites do presente trabalho.

Limitemo-nos, portanto, ao ângulo estritamente nacional do conceito em voga. No tocante à essa determinação, o significado de padrão-ouro é um bocado distinto, além de muito mais simples ao comumente referenciado no âmbito internacional. Ei-lo. O padrão-ouro corresponde à uma configuração específica do sistema monetário nacional, cuja formalização se dá através da conformação do ouro como meio circulante, constituindo, portanto, sua base. Diante disso, verificamos que o sistema do padrão-ouro, enquanto representação idealmente pensada, se baseia na circulação do ouro como dinheiro. Ou seja, a concepção enquanto tal, se respalda na simplificação de que o dinheiro é, simplesmente, algo que circula, estando a sua função monetária limitada à esfera de circulação. (GERMER, 1999)

Concentremo-nos, agora, na discussão concernente ao arcabouço teórico cujos elos sustentam o padrão-ouro como conceito propriamente dito – em seu significado teórico – que é aqui, o que mais importa. Como antecipado, denominamos a concepção do padrão-ouro como uma concepção de natureza quantitativista. A asserção fundamental da teoria quantitativa do dinheiro é expressa de maneira muito sucinta nas palavras de Hume (1983, p. 201), que nos esclarece que “os preços das mercadorias são sempre

³ A designação “padrão-ouro internacional” é mais apropriada do que simplesmente “padrão-ouro”. Isso porque, em primeiro lugar, o “papel monetário do ouro precede de milênios o período ao qual o conceito histórico de padrão-ouro se refere, tanto no interior dos espaços regionais ou nacionais quanto no intercâmbio mercantil”, além do ouro ter se convertido em base oficial do sistema monetário inglês em 1717, ou seja, “bem antes da constituição do sistema monetário que recebe seu nome” (GERMER, 1999, p.581).

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

proporcionais à abundância de dinheiro⁴”. Ou seja, o nível de preços é diretamente proporcional à quantidade de dinheiro em circulação⁵.

Frente à essa exposição, é digno de nota apresentar – de maneira muito breve – o debate sobre a natureza do dinheiro, isto é, se este deve ou não ser uma mercadoria. Ainda que os adeptos da teoria quantitativa do dinheiro se apresentem como adeptos ferrenhos do padrão-ouro, o dinheiro não tem de ser necessariamente uma mercadoria (ouro) de acordo com os fundamentos lógicos desse arranjo teórico⁶. Afinal, se o nível de preços está diretamente relacionado com a quantidade de dinheiro em circulação, é evidente que o valor do dinheiro é regulado pela relação de oferta e demanda (se a oferta de dinheiro supera a demanda por dinheiro, seu valor cai; e se a demanda por dinheiro supera a oferta de dinheiro, seu valor sobe), e não por condições de produção⁷. Daí a restrição do dinheiro ao meio circulante, sem o seu desdobramento à outras funções⁸.

Desse modo, parece não fazer sentido, à primeira vista, o porquê dos adeptos da teoria quantitativa do dinheiro contemplarem a defesa de um sistema monetário vinculado ao ouro como meio circulante, se as próprias premissas lógicas de tal construto teórico contradizem-na como necessidade, já que o meio circulante não possui valor intrínseco.

Nas palavras de um dos principais apologistas do padrão-ouro:

⁴ “Parece ser uma máxima quase evidente por si mesma a de que os preços de todas as coisas dependem da proporção entre as mercadorias e o dinheiro, e de que qualquer alteração considerável em umas ou noutra tem o mesmo efeito de elevar ou diminuir o preço. Aumentem-se as mercadorias e elas tornam-se mais baratas; aumente-se o dinheiro e o valor delas sobe, da mesma forma que, por outro lado, tanto uma diminuição delas como do dinheiro tem a tendência contrária.” – HUME (1983, p. 205)

⁵ A teoria quantitativa do dinheiro possui como eixo norteador a equação de trocas: $M \times V = P \times Y$; sendo, M, a quantidade de dinheiro em circulação; V, a velocidade de circulação do dinheiro; P, o nível geral de preços; Y, o nível de produção corrente. A velocidade de circulação do dinheiro e o nível de produção são dados, de modo que, o nível geral de preços é determinado pela magnitude de dinheiro em circulação. Ou seja, se a quantidade de dinheiro em circulação aumenta, o nível de preços se eleva equiproporcionalmente.

⁶ Nas palavras de um dos principais apologetas do padrão-ouro: “... não é porque o ouro é mais apropriado para tornar-se o meio de circulação de um país rico que ele será sempre o preferido para o pagamento de dívidas, mas simplesmente porque é de interesse do vendedor pagar assim suas dívidas.” – RICARDO (1982, p.247)

⁷ “Ora, vimos que, mesmo no caso de uma moeda metálica, o fator imediato que determina o seu valor é sua quantidade. Se a quantidade, em vez de depender dos motivos comerciais normais de lucro e perda, pudesse ser fixada arbitrariamente pela autoridade, o valor dependeria diretamente dessa autoridade, e não do custo de produção” – MILL (1983, p.93)

⁸ Aqui, se destacam duas funções, meio de entesouramento e reserva de valor. Estas foram introduzidas, respectivamente, por Marx e Keynes.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

“A experiência, no entanto, mostra que sempre que um Estado ou um Banco tiveram poder ilimitado de emitir papel-moeda, abusaram desse poder: portanto, em todos os Estados é necessário que exista um freio e um controle a emissão de papel-moeda, e nada parece mais adequado para esse propósito do que obrigar os emissores de papel-moeda a converter suas notas em ouro cunhado ou em lingotes” – RICARDO (1982, p.241)

A principal preocupação dos quantitativistas (como Ricardo) é o controle do nível de preços, com vistas ao propício da estabilidade de renda. Se o nível de preços e a quantidade de dinheiro são variáveis diretamente relacionadas, segue-se que o controle do nível de preços supõe o controle da quantidade de dinheiro em circulação. E é sob este pressuposto que se engendra a defesa do sistema monetário vinculado ao padrão-ouro. Tal sistema se respalda na conversibilidade das notas bancárias em ouro, elemento este que torna profícua a ação de mecanismos de autoajuste, atuantes no sentido de controle da oferta de dinheiro, e por conseguinte, do nível de preços.

Cabe aqui, portanto, analisar os aspectos fundantes do construto da teoria quantitativa do dinheiro nos autores clássicos, incorporando-os à pauta de defesa do sistema monetário baseado no padrão-ouro, a que lhe aparece como sucedâneo lógico e espontâneo, sem perder de vista a translocação dessa mesma pauta ao bojo dos metalistas tupiniquins, cuja efetividade se vê adulterada pelas próprias condições materiais de uma economia agroexportadora.

3. Padrão-Ouro nos Clássicos

A *Currency School*, enquanto desdobramento do bulionismo – cujo proeminente intelectual era Ricardo - se amparava no arcabouço da teoria quantitativa do dinheiro, cuja proposição mestra é a neutralidade do dinheiro⁹ (da moeda). Com vistas à caução da estabilidade da renda, autores clássicos defendiam o controle da oferta monetária como pressuposto fundamental do controle do nível de preços (FONSECA; MOLLO, 2012). Conceber-se-á, dessa maneira, que a inflação resulta da emissão exacerbada de notas bancárias¹⁰, cuja expressão é a depreciação do papel-moeda em relação ao ouro (*bullion*).

⁹ Por neutralidade do dinheiro, se entende que o dinheiro não é capaz de afetar as variáveis reais da economia, tais como produto, emprego e taxa de juros.

¹⁰ As notas bancárias constituem certificados do ouro depositado nos bancos.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Em resumo, a inflação se respalda no excesso de papel-moeda em circulação¹¹. Daí a defesa à um sistema monetário respaldado na conversibilidade das notas bancárias em ouro. Examinemos de modo detalhado esse conjunto propositivo, com vista aos pareceres dos próprios autores.

3.1 Neutralidade do Dinheiro

Em meio à sua conhecida indagação sobre a assim chamada e inexistente medida invariável de valor¹², Ricardo (1982) se pautas no pressuposto de que o dinheiro (ouro) é uma mercadoria portadora de um valor incessantemente variável. Sob o ponto de vista teórico, se põe em marcha a possibilidade de elevação dos salários – monetários – como resultado da diminuição do valor do próprio dinheiro, sendo o inverso igualmente válido. Esse incremento dos salários monetários enseja a elevação do preço das mercadorias, e ainda, sem que o valor dos bens tenha de fato variado, estando a flutuação de valor sujeita única e exclusivamente ao dinheiro.

Desse modo, o processo de aumento dos salários que devém da modificação do valor do dinheiro provoca um efeito geral sobre os preços, o que por sua vez, inefetiva a cristalização de um efeito real sobre os lucros e, por conseguinte, sobre a proporção do produto anual de um dado país vinculada à reprodução dos trabalhadores¹³. Sendo assim,

¹¹ Por outro lado, os representantes da *Banking School* rejeitam a assertiva mediante a qual se alicerça o fenômeno inflacionário ao excesso de emissão de papel-moeda, ou na inconvertibilidade das notas bancárias em ouro. Violando o pressuposto quantitativista de constância na velocidade de circulação do dinheiro, poder-se-ia dizer que a elevação do nível de preços tem como correspondente a variação da velocidade de circulação do dinheiro, e não no excesso de emissão de notas bancárias, já que esta só ocorre mediante o pagamento em letras de câmbio, as quais são lastreadas em mercadorias, portanto, em riqueza real. Diante disto, o grande temor destes teóricos reside na possibilidade de contração monetária, em observância à criação de expectativas de apreciação do dinheiro, as quais viriam a influir negativamente na velocidade de circulação da mesma, provocando efeitos adversos à economia real (FONSECA; MOLLO, 2012). Por meio deste prisma teórico, se extrai o princípio da não neutralidade do dinheiro, segundo o qual, o excesso de dinheiro influiria no crescimento do nível da renda por meio de estímulos à demanda agregada; o reforço a este princípio consiste na não-convergência entre o crescimento de preços dos produtos e o crescimento de preços dos fatores de produção, em que os últimos crescem apenas posteriormente, permitindo assim, a elevação do emprego, o qual se materializa em elevação do produto. Desse modo que, os anti-bulionistas enxergam não só a possibilidade de incremento do emprego e do produto por meio do gap entre a elevação dos preços dos bens e a elevação dos preços dos fatores de produção, mas o aparecimento de economias de escala que atuam no sentido de contrarrestar os efeitos de subida nos preços por intermédio da redução dos custos de produção. Assim, o padrão-ouro constitui um entrave ao crescimento da produção, e por tal motivo eram contrários a ela.

¹² Referimo-nos aqui à mercadoria específica que funciona como medida de valores (o dinheiro), e não à hipotética mercadoria conjunta, desenvolvida teoricamente por Sraffa como solução à esse problema.

¹³ “É de acordo com a distribuição da produção total... entre as três classes – o proprietário de terra, o capitalista e o trabalhador – que devemos julgar se houve aumento ou diminuição da renda, do lucro e dos salários, e não segundo o seu valor calculado por intermédio de uma medida reconhecidamente variável” – Ricardo (1982, p.62)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

os salários devem ser mensurados de acordo com seus valores efetivos – como salários reais – e não pelos seus valores nominais – como salários monetários. (RICARDO, 1982). Quer-se dizer com isso, que o dinheiro é neutro, já que não enseja nenhum efeito sobre o produto anual.

Tal asserção encontra sua gênese histórica nos princípios teóricos de Hume (1983). O filósofo escocês precisou – como os demais economistas clássicos – que o dinheiro não constitui, por excelência, um objeto do comércio, mas o meio pelo qual concordam os homens para facilitar a troca de mercadorias. Desse modo, a mercadoria que assumiu a forma de meio de troca – através de um desenvolvimento histórico – é justamente o dinheiro. Seu papel, portanto, se limita ao fato de ser um facilitador das trocas, não constituindo propriamente, um símbolo de riqueza, visto que “a maior ou menor abundância de dinheiro não tem consequência alguma, já que os preços das mercadorias são sempre proporcionais à abundância de dinheiro¹⁴”. (HUME, 1983, p.203)

Portanto, o dinheiro constitui “a representação de trabalho e das mercadorias e serve somente como método para classificá-los ou avaliá-los”, de modo que, a abundância de moeda não enseja nenhum efeito no bojo de uma nação¹⁵, tornando-se imperativa a necessidade da mesmíssima quantidade em mercadorias ser representada por uma quantidade superior de moeda, em evidência à sua depreciação¹⁶. (HUME, 1983, p. 203)

¹⁴ Hume (1983, p.203) parece entrar em contradição quando afirma que a partir do momento que dinheiro começa “a afluir com maior abundância que anteriormente, tudo assume novo aspecto: o trabalho e a indústria ganham vida; o comerciante torna-se mais empreendedor; o fabricante mais hábil e diligente e até mesmo o agricultor empurra o arado com maior alegria e atenção”, alegando que não é fácil de explicar isso, “se consideramos apenas a influência que a maior abundância de moeda exerce sobre o próprio reino, elevando o preço das mercadorias e obrigando todos a pagarem um número dessas cédulas amarelas ou brancas por tudo que compram”. Adiante, demonstra que a elevação dos preços não é instantânea e imediata, mas sim gradual; e somente em meio ao período situado entre a aquisição do dinheiro e a alta dos preços, é que a crescente quantidade de ouro e prata é favorável à indústria”. Não a toa, Mill não lhe poupara de críticas.

¹⁵ Hume buscou desacreditar a noção que preconizava o incremento da moeda como eixo constitutivo do crescimento da riqueza: “Parece que a falta de dinheiro nunca poderá causar dano a um Estado em si mesmo, pois os homens e as mercadorias são a verdadeira força de qualquer comunidade. É a maneira simples de viver que nesse caso prejudica o público, limitando o ouro e a prata a poucas mãos, e impedindo a sua difusão e circulação universais” – HUME (1983, p.207)

¹⁶ Smith (1996) corrobora com a tese, asseverando que a base da riqueza está alicerçada ao poder de compra do dinheiro, e não ao dinheiro propriamente dito.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

3.2 Ouro como base de um padrão exclusivo

Já se exprimiu na presente exposição que – no entender dos autores clássicos – o dinheiro solve o enigma da dupla coincidência de desejos¹⁷, já que nele se exterioriza a necessidade de autonomização da função de instrumento do comércio, assomada ao desenvolvimento da divisão do trabalho e do conseqüente aumento da parcela de produtos obtidos por meio da permuta. Desse modo em diante – descreve Smith (1996, p.82) –, a função de instrumento de troca foi relegada aos metais preciosos, destoando nessa categoria, o ouro e a prata. Diante da aparência bimetálica, característica da duplicidade do padrão monetário – que perdurou em determinados períodos –, se é necessário o fazimento de algumas ponderações.

Aferimos que, de acordo com os alicerces teóricos da teoria quantitativa do dinheiro, o fato do dinheiro ser uma mercadoria é estritamente casual, estando a vinculação de uma mercadoria específica ao padrão monetário, atrelada não à uma questão de necessidade lógica, mas de necessidade prática.

Da mesma maneira, assim o é o estabelecimento de uma mercadoria como medida-padrão de valor. Não é porque o ouro é o “mais apropriado para tornar-se o meio de circulação de um país rico¹⁸ que ele será sempre o preferido para o pagamento de dívidas, mas simplesmente porque é de interesse do vendedor pagar assim suas dívidas¹⁹” (RICARDO, 1982, p.247). E diante do exposto, pressupõe-se que a medida-padrão do valor – o dinheiro – deve ser somente uma:

Assim, parece que, enquanto os dois metais eram igualmente aceitos como meio de pagamento legal para dívidas de qualquer montante, estávamos sujeitos a modificações constantes na principal medida-padrão de valor. Uma vez seria o ouro, outra a prata, o que dependeria

¹⁷ “Podemos perfeitamente supor que um indivíduo possua uma mercadoria em quantidade superior àquela de que precisa, ao passo que um outro tem menos. Conseqüentemente, o primeiro estaria disposto a vender uma parte de seu superflúo e o segundo a comprá-la. **Todavia, se esta segunda não possuir nada daquilo que a primeira necessita, não poderá haver nenhuma troca entre as duas.**” – SMITH (1996, p.81)

¹⁸ “O ferro era o instrumento comum de comércio entre os espartanos; entre os antigos romanos era o cobre; o ouro e a prata eram o instrumento de comércio de todas as nações ricas e comerciantes” – SMITH (1996, p.83)

¹⁹ Mesmo na suspensão da conversibilidade de notas bancárias em ouro em 1797 – em que o Banco da Inglaterra deixou de converter papel-moeda em ouro – como o metal era tão barato em relação à própria prata (o padrão monetário imposto), os devedores compravam ouro ao invés de prata, já que com este metal (após cunhado) as dívidas poderiam ser liquidadas mais facilmente, dada a escassez de moedas de prata.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

totalmente das variações do valor relativo dos dois metais, e quando um metal deixasse de ser a medida-padrão de valor, seria fundido e retirado de circulação, pois o seu valor seria maior em lingotes do que em moeda. Este é um inconveniente que deveria logo ser eliminado, mas a aceitação dos aperfeiçoamentos é tão lenta que, embora Locke o tenha demonstrado inequivocamente, e todos os autores especializados em questões monetárias tenham se referido ao problema desde aquela época, somente na última sessão do Parlamento, em 1816, foi adotado um sistema melhor determinando que somente o ouro servisse como meio de pagamento legal para qualquer soma superior a 40 xelins. – RICARDO (1982, p.247)

Em outras palavras, o dinheiro está sujeito a variações de valor mais frequentes num panorama em que dois metais constituem moeda legal a um valor fixo, em clara oposição ao padrão monetário monometálico. Lembremos, a principal preocupação dos quantitavistas é a benfazeja estabilidade do nível de preços. Mill (1983) pontua que a tendência específica da variação à qual a moeda está exposta – no padrão bimetálico – é de depreciação do padrão monetário, pois: no caso de elevação do valor dos metais preciosos, todos os pagamentos serão realizados com base no metal que menos subiu de valor; e no caso de redução do valor dos metais preciosos, todos os pagamentos serão realizados com base no metal que mais reduziu de valor. Se é nítida, portanto, a influência desestabilizadora do bimetalismo e a tendência de elevação de preços que a acompanha, ao passo que o padrão monetário exclusivo (monometálico) enseja maior fixidez ao valor do dinheiro, proporcionando, assim, maior estabilidade ao preço das mercadorias. Daí a preferência de Ricardo – em nome da *Currency School* – por um padrão monetário exclusivo, cuja característica distintiva é a de somente um metal portar a qualidade de padrão monetário²⁰, e tal autonomização se cristaliza logo no metal mais valoroso, o ouro²¹.

²⁰ É pertinente distinguir o padrão monetário em acepção teórica e em acepção eminente prática e impositiva. A despeito do padrão monetário imposto ser bimetálico, o verdadeiro padrão monetário sempre será o concernente à medida-padrão de valor, que é somente uma.

²¹ Mill esclarece a naturalidade com a qual o metal mais caro se autoriza a se intercambiar como artigo de comércio, e não como moeda, no caso de um padrão bimetálico. Não obstante, em algumas nações, como a Inglaterra, impôs-se o padrão monetário respaldado no metal mais caro – padrão-ouro –, estando a permanência da circulação de dois metais atrelada à limitação da funcionalidade da prata, processo este bem descrito por Ricardo.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

3.3 O automatismo do padrão-ouro

O mecanismo automático do padrão-ouro foi extasiadamente ressaltado por Mill (1983). Seu raciocínio é bastante simples. Se um determinado país detém uma moeda exclusivamente metálica, e subitamente, o governo emite uma magnitude de papel-moeda correspondente à metade do conteúdo em moeda metálica, se é evidente que não de subir os preços das mercadorias. Se os preços sobem generalizadamente, é evidente que isto inclui os preços concernentes à itens compostos por ouro e prata. O ouro como simples mercadoria – ouro manufaturado ou lingote – valerá mais que o ouro como dinheiro, induzindo um subsequente processo de fusão da moeda metálica, com o objetivo de convertê-la em lingote, o que perdurará até o momento da reequalização dos preços da moeda metálica e do lingote. Como vimos, em um sistema bimetálico, o processo de conversão da moeda em lingotes também se faz presente, mas de maneira muito mais abrupta e frequente. Afinal, qualquer alteração do valor relativo entre os dois metais viria a influir num subsequente estágio de fusão do metal, outorgando a outrem o papel de medida-padrão de valor.

Não obstante, o automatismo do padrão-ouro não se encerra aí. Fonseca e Mollo (2012) destacam o mecanismo automático de ajuste sob as condições de plena conversibilidade das notas bancárias em ouro, no âmbito internacional. Se os preços estão demasiadamente elevados em certo país, se há o estímulo ao incremento das importações, influenciando assim no afluxo de dinheiro para fora do país, em vista à restauração do equilíbrio na balança de pagamentos, mediante redução dos preços domésticos. Em caso de inconvertibilidade, o excesso em dinheiro não é drenado e os preços domésticos permanecem elevados, o que continuamente estimula as importações e conduz a balança de pagamentos a desequilíbrios estruturais (déficits). Daí a necessidade de um sistema monetário respaldado na conversibilidade das notas bancárias em ouro.

Mill (1983) traceja o automatismo inerente a esse mecanismo de ajuste do padrão-ouro. Suponhamos que meio de circulação é composto, em sua totalidade, por metais, e de modo súbito, a magnitude de dinheiro em circulação aumenta consideravelmente. Desse modo em diante, se delineia o seguinte encadeamento causal: i) elevação do nível de preços; ii) estímulo às importações e contração das exportações; iii) depreciação cambial; iv) o dinheiro em excesso afluí para todos os países que mantêm comércio com o país em questão; v) o dinheiro continua a sair do país até que as exportações voltem a se equilibrar com as importações.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Smith (1996) também argumenta no entorno dos efeitos de uma situação de desequilíbrio da balança comercial. Se o câmbio se deprecia, os preços relativos das mercadorias produzidas nos países estrangeiros se tornam mais altos, induzindo à diminuição do consumo através da queda na propensão à importar. Dessa maneira, o alto preço do câmbio (proveniente de uma situação desfavorável da balança comercial) age no sentido de aliviar o déficit da balança comercial mediante a redução da magnitude de mercadorias importadas do estrangeiro, situação a qual se opera menor saída de ouro e prata. Diante de tais alicerces, asseverara Hume:

Mas ainda prevalece, mesmo em nações bastante familiarizadas com o comércio, um forte ciúme com respeito à balança comercial e um temor de que todo seu ouro e prata as estejam deixando. Em quase todos os casos, esta me parece uma apreensão dem fundamentos; deveria recear-se mais que todos os nossos rios e fontes se esgotassem, do que o dinheiro abandonasse um reino onde há povo e indústria²². – HUME (1983, p.217)

Como já frisamos, a concepção do padrão-ouro é municiada pela teoria quantitativa do dinheiro, cujos fundamentos teóricos se encontram já efetivamente cristalizados na obra de Hume. Diz, se 4/5 de todo o dinheiro da Grã-Bretanha fosse sumariamente destruído, o preço das mercadorias e da mão-de-obra viria a decrescer proporcionalmente, propiciando ganhos de concorrência face às outras nações. Afluiria à nação, dessa maneira, todo o dinheiro que havia sido perdido, além de elevá-la a um patamar superior no âmbito do mercado mundial. Por outro lado, se a quantidade de dinheiro fosse multiplicada por cinco, vir-se-iam a subir todos os preços, – incluindo o custo da mão-de-obra – resultando no escoamento desse dinheiro para as nações vizinhas, processo que só viria a se interromper a partir do reestabelecimento do equilíbrio entre as nações. Mas no que se respalda esse equilíbrio?

Ora, é evidente que as mesmas causas que poderiam corrigir estas desigualdades exorbitantes, se estas milagrosamente ocorressem, devem impedir a sua ocorrência no senso comum da natureza, e devem sempre, em todas as nações vizinhas, conservar o dinheiro

²² Hume, assim como Smith, era um crítico ferrenho das proposições alusivas à defesa de um sistema respaldado no mercantilismo, em que se afigura o assim chamado ciúme do comércio, expresso no implacável combate à saída de metais preciosos para fora do país, mediante à imposição de políticas voltadas ao incentivo das exportações e ao desestímulo das importações.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

quase proporcional à arte e à indústria de cada nação – HUME (1983, p.219)

À isso se resume o princípio pelo qual se relata a impossibilidade do dinheiro perder seu nível e aumentar ou diminuir para além da proporção da mão-de-obra e das mercadorias existentes. Portanto, o padrão-ouro cauciona a estabilidade do nível de preços, já que o automatismo que lhe é inerente não anula a possibilidade do dinheiro se pôr acima ou abaixo do nível natural de produção do país. Por esse motivo:

“Não há razão aparente para aumentar-se tal inconveniência com uma simulação de dinheiro que estrangeiros não aceitarão em nenhum pagamento e que será reduzido a nada por qualquer grande desordem do Estado” – HUME (1983, p.202)

Tal asserção suscita o desdobramento de uma discussão voltada à inserção de mecanismos creditícios e/ou papel-moeda. Embora a teoria quantitativa do dinheiro constitua o arcabouço estruturante e coadunante dos autores em tela, as proposições no entorno da substituição do dinheiro em seu papel como mola da circulação – portanto, em sua totalidade, já que na teoria quantitativa o dinheiro é tão somente um meio de circulação, ou meio de troca – são um tanto quanto variegadas. Cabe, portanto, analisar essas diferenças.

4. Conversibilidade do Papel-Moeda

Já se denotou, por demais evidente, que a concepção quantitativista prevê que o aumento do dinheiro em circulação faz os preços subirem, e uma diminuição dele os faz baixar; mas diante disso, a grande questão a que se coloca é a seguinte: os diversos instrumentos que substituem o dinheiro (letras de câmbio, notas bancárias, cheques e etc.) provocam no nível de preços os mesmos efeitos causados pelo dinheiro?

Em primeiro lugar, o dinheiro exerce influência sobre os preços só se for oferecido em troca de mercadorias. Isto é, o dinheiro entesourado não influencia o nível de preços, visto que ele não é oferecido em troca de mercadorias²³; Segundo, no caso em que as pessoas efetuam compras com ordens de pagamento, o intercâmbio se realiza com o

²³ “Se a moeda fosse trancada em arcas, o mesmo ocorreria com respeito aos preços, como se fosse aniquilada; se as mercadorias fossem acumuladas em depósitos e celeiros, dar-se-ia um efeito semelhante. Como nestes casos o dinheiro e as mercadorias nunca se encontram, não podem afetar-se mutuamente.” – HUME (1983, p.205)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

dinheiro a que lhes é de direito, e não com dinheiro efetivo (metálico). Dessa maneira, o comerciante pode adquirir mercadorias em troca de letras de câmbio, com base em notas promissórias, ou até mesmo com meras promessas de pagamento. E assim, Mill (1983) demonstra que “essas compras têm exatamente o mesmo efeito sobre o preço que teriam se fossem pagas a vista”, e como a magnitude de poder de compra que pode ser exercido “engloba todo o dinheiro que possui ou que lhe é devido”, depende-se que “a parte desse poder que exercer em qualquer momento é a medida do efeito que produzirá sobre o preço”. Portanto, o crédito produz no preço o mesmo efeito a que lhe é repercutido pelo próprio dinheiro. (MILL, 1983, p.80)

Como adiantamos, Hume se põs contrário à substituição do dinheiro por esses mecanismos creditícios. Assevera:

“... o empenho artificial para incrementar tal crédito nunca poderá ser do interesse das nações mercantis, ao contrário, deve colocá-las em desvantagem, aumentando o dinheiro além de sua proporção natural em relação à mão-de-obra e às mercadorias, e por isso elevando o preço destas para o comerciante e o fabricante.” – HUME (1983, p.202)

Lembremos o seguinte. Se é suposto no construto da teoria quantitativa, que o dinheiro é algo que circula; tão logo, a função monetária do dinheiro se encerra em sua determinação como meio de circulação. Por meio do expediente creditício, eleva-se a quantidade do meio circulante, e por conseguinte o nível de preços. Não obstante, Hume vincula o dinheiro à uma mercadoria – os metais preciosos. Sendo assim, o incremento de dinheiro à que ele se refere não constitui *per se* um incremento de dinheiro, mas sim, a criação de uma simulação de dinheiro. Isto não se deve, de maneira alguma, à uma necessidade lógica do sistema teórico. Como aclaramos, o dinheiro se engendra como categoria somente em sua determinação como meio circulante, estando o valor do dinheiro em dependência com a sua quantidade. Alega, dessa maneira, desconhecer:

... qualquer método para reduzir o dinheiro abaixo de seu nível, exceto as instituições dos bancos, fundos e papel-moeda que estão em prática neste reino. Estas tornam o papel equivalente à moeda, circulam-no através de todo o Estado, fazem-no ocupar o lugar do ouro e da prata, elevam proporcionalmente o preço da mão-de-obra e das mercadorias e, desse modo, eliminam grande parte daqueles metais preciosos, ou impedem seu crescimento posterior – HUME (1983, p.221)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

Aclaramos que a substituição do dinheiro metálico pelo papel-moeda constitui um expediente concernente à própria natureza do ajuste automático sob a vigência do padrão-ouro. Entretanto, Hume enxerga desvantagens nessa modalidade, já que a depreciação do padrão monetário induz a retirada dos metais preciosos na esfera de circulação; e o dinheiro mundial²⁴ – meio de pagamento universal – é composto exclusivamente por esses metais (ouro e prata), daí a inconveniência de substituí-los por meros representantes do dinheiro.

Nesse tocante, Ricardo enxerga o oposto:

“A moeda encontra-se no seu mais perfeito estado quando é constituída totalmente de papel-moeda, mas papel-moeda de valor equivalente ao ouro que expressamente representa. A utilização de papel-moeda em lugar de ouro substitui o meio mais caro pelo mais barato, e possibilita ao país, sem prejuízo para ninguém, trocar todo o ouro que antes utilizava com este fim por matérias-primas, utensílios e alimentos, com os quais aumenta sua riqueza e suas satisfações.” – RICARDO (1982, p.243)

Apercebe-se que sob o prisma ricardiano, a substituição da moeda metálica pelo papel-moeda não constitui um inconveniente – muito pelo contrário. Mas há de se ressaltar que tal asserção só se faz fidedigna sob a condição de conversibilidade das notas bancárias em ouro, ou seja, no assim denominado sistema de papel-moeda conversível, ou bem organizado, como atesta Smith.²⁵ Ricardo ratifica, que dos aspectos que permeiam a emissão do papel-moeda, o mais importante é o princípio da limitação da quantidade de dinheiro, que nada mais é que o postulado quantitativista. Com o estabelecimento dos bancos, a faculdade emissora se expande, e o ente estatal já não é mais portador de um poder exclusivo de emissão da moeda. Desse modo, qualquer tentativa do ente público em limitar a quantidade de dinheiro em circulação, realizar-se-ia em vão, já que o ente

²⁴ Nas palavras de Marx (2013, p.217): “O dinheiro mundial funciona como meio universal de pagamento, meio universal de compra e materialidade absolutamente social da riqueza universal... O ouro e a prata servem como meios internacionais de compra essencialmente naqueles períodos em que o equilíbrio do metabolismo entre as diferentes nações é repentinamente desfeito.”

²⁵ “Para remediar esses inconvenientes, poder-se-à comprar e vender a crédito, ou então, os diversos comerciantes poderão compensar seus créditos entre si, uma vez por mês ou uma vez por ano. Por outro lado, um sistema de papel-moeda bem organizado pode suprir a falta de dinheiro em moeda, não somente sem inconveniente algum, mas até, em certos casos, com algumas vantagens” - SMITH

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

privado também dispõe do poder de emissão²⁶. Face à isso, Ricardo procede da seguinte maneira:

“De acordo com esses princípios se conclui que não é necessário que o papel-moeda seja pagável em espécie para garantir o seu valor. Basta que a sua quantidade seja regulada de acordo com o valor do metal adotado como padrão monetário. Se o padrão fosse o ouro de determinado peso e pureza, a quantidade de papel-moeda poderia ser aumentada sempre que o valor do ouro diminuísse, ou, o que é a mesma coisa, quanto a seus efeitos, sempre que o preço dos produtos aumentasse.” – RICARDO (1982, p.240)

E essa conformidade da quantidade de papel-moeda com o valor do metal fixado como padrão de preços, pressupõe a conversibilidade das notas bancárias em ouro cunhado ou em lingotes. Para isto, eleva-se a quantidade de papel-moeda quando o valor do ouro cai, e reduz-se a quantidade de papel-moeda quando o valor do ouro sobe.

A teoria ricardiana foi posta em prática por Robert Peel, mediante a conversão de um dos seus pressupostos – da depreciação da massa dos meios de circulação a que dispõe uma nação – em princípio fundamental da famigerada legislação bancária de 1844. Com a lei bancária de 1844, descreve Engels²⁷:

... o Banco da Inglaterra é dividido em um departamento de emissão de cédulas e um departamento bancário. O primeiro recebe títulos – principalmente da dívida pública – de 14 milhões e toda a reserva metálica, da qual no máximo $\frac{1}{4}$ pode ser de prata, e emite uma quantidade de cédulas equivalente ao importe total de ambas. As cédulas que ainda não estão na mão do público encontram-se no departamento bancário e constituem, junto com a pequena quantidade de moedas necessária para o uso diário (cerca de 1 milhão), a reserva constantemente disponível nesse departamento. O departamento de

²⁶ Isso é alvo de polêmica. A proposição de Ricardo expressa, de certa maneira, a noção de que a concorrência entre vários emissores os leva invariavelmente a elevar a quantidade de notas à um nível insustentável. No entanto, como relata Mill (1983, p.194): “vimos que o poder que os bancos têm de aumentar suas emissões e o grau do dano com que isso podem produzir são bem insignificantes em comparação com a estimativa exagerada que se costumava fazer. Como observa o Sr. Fullarton, o aumento extraordinário da concorrência bancária, gerado pela fundação de bancos em forma de sociedades anônimas se tem demonstrado totalmente impotente para aumentar o volume global da circulação de notas bancárias; pelo contrário, essa circulação, no conjunto, tem diminuído.”

²⁷ Bem se sabe que Marx não finalizou o Livro III d'O Capital, cabendo a Engels inserir notas ao longo da obra com o intuito de preencher lacunas.

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

emissão dá ao público ouro por cédulas e cédulas por ouro; as transações restantes com o público são realizados pelo departamento bancário. Os bancos privados da Inglaterra e do País de Gales, autorizados em 1844 a emitir suas próprias cédulas, conservaram esse direito, mas sua emissão tem um limite fixado; se um desses bancos deixa de emitir cédulas próprias, o Banco da Inglaterra pode aumentar o importe de cédulas a descoberto em 2/3 da cota estabelecida; por esse método, o montante dessas cédulas se elevou, até 1892, de £14 milhões para £16 ½ milhões. – MARX (2017, p.615)

O aparato legislante – a lei bancária de 1844 – se cristalizou com base na percepção quantitativa dos representantes da *Currency School*. Conquanto a conversibilidade das notas em ouro não fosse abalada, o nível de preços se manteria estável mediante o controle da faculdade emissora. Mas, como enunciamos, a vinculação do ouro ao meio circulante é de ordem prática, já que sob a égide do que se denominou como sistema do padrão-ouro, intentou-se o estabelecimento de um padrão estável ao nível de preços.

5. Conclusão

O presente trabalho constitui uma etapa do programa de pesquisa dos autores. Tal programa vislumbra a translocação da concepção do padrão-ouro da centralidade do capitalismo à sua periferia. A Grã-Bretanha constitui o berço de um sistema idealmente pensado, vinculado à um arcabouço teórico determinado – a teoria quantitativa do dinheiro. Esse deslocamento constitui ao mesmo tempo, a importação de um paradigma teórico, conformado como tal por Hume e Ricardo, bem como a importação dos problemas concernentes à sua efetivação prática, já materializados no cerne do sistema bancário inglês, e que se vêem ainda mais aviltados em uma economia agrária e escravagista, como a economia brasileira do séc. XIX.

Por meio da seguinte pesquisa, apercebemo-nos do fato de que a vinculação do padrão de preços ao ouro não emana de uma suposta necessidade lógica do sistema teórico²⁸, mas de uma questão de conveniência prática²⁹, voltada estritamente à caução

²⁸ Diferente é o caso da teoria marxista, em que o dinheiro é mercadoria por necessidade lógica.

²⁹ “Sendo assim, nenhuma razão teórica as impedir de admitir o abandono do ouro como base para a fixação do valor do dinheiro, nem há motivo para que se oponham à substituição do dinheiro baseado no ouro por uma forma inteiramente simbólica de dinheiro ou um *fiat money*.” – GERMER (1999, p.586)

X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência Internacional de História Econômica

da estabilidade do valor do dinheiro. Desse modo, a defesa do padrão-ouro – como sistema idealmente pensado, em que o ouro se engendra como padrão monetário exclusivo e como meio circulante – constitui um programa voltado à bonançosa estabilidade do nível de preços. Diante disso, os quantitativistas – ancorados à definição schumpeteriana de metalismo prático – defendem o uso de uma mercadoria como dinheiro, mas diante do suposto teórico de que as funções monetárias do mesmo limitam-se às suas determinações como padrão monetário e como meio circulante.

6. METALISTAS BRASILEIROS

Os “metalistas brasileiros” do séc. XIX se amparavam no arcabouço da teoria quantitativa do dinheiro, a lá Ricardo. A transposição do receituário dos apologistas de um sistema amparado no ouro como meio circulante, do centro a periferia, não foi estritamente passiva, já que contrariamente à economia inglesa, a economia brasileira estava amparada em bases agrário-escravagistas.

Torres Homem, franco defensor da unidade do sistema emissor, partilhava do postulado de Hume e Ricardo, segundo a qual, o valor da moeda constitui uma função inversa de sua quantidade

Referências

FONSECA, Pedro; MELLO, Maria. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v.22, n.º2, p.203-233, 2012.

GERMER, Claus. Elementos para uma crítica marxista ao conceito de padrão-ouro. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v.29, n.4, p.575-600, 1999.

HUME, David. 1711-1776. *Escritos Sobre Economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. 1818-1883. *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

**X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8ª Conferência
Internacional de História Econômica**

MARX, Karl. 1818-1883. *O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MILL, John Stuart. 1806-1873. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RICARDO, David. 1772-1823. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.